

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM SÃO PAULO (*)

ARMEN MAMIGONIAN (1).

Há cem anos atrás, quando se iniciou a industrialização brasileira, nossas maiores cidades eram Rio de Janeiro, Salvador e Recife com 275.000, 129.000 e 117.000 habitantes respectivamente, conforme o recenseamento de 1872. Além disto o Rio de Janeiro liderou a industrialização nacional até a 1.^a guerra mundial: em 1907 contribuiu com 33,1% da produção industrial brasileira, quando todo o Estado de São Paulo participou com apenas 16,5%. Se, aparentemente, tudo indicava que o Rio de Janeiro continuaria a comandar o processo urbano-industrial no Brasil (P. DENIS, 1927, 200), como explicar a ascensão do aglomerado paulistano, dez vezes menor que o carioca em 1872 e três vezes menor em 1907 tanto do ponto de vista populacional, como industrial?

É interessante observar que até 1960 foram raras as publicações universitárias sobre a indústria brasileira, que era preocupação de um poucos estudiosos extra-universitários como R. SIMONSEN (1939), C. PRADO JR. (1945) e H. FERREIRA LIMA (1954). Nesta fase dois geógrafos, P. PETRONE (1953) e D. LINO DE MATTOS (1958), estudaram as indústrias do aglomerado paulistano. Após 1960 multiplicaram-se os estudos sociológicos e históricos: N. VILLELA LÚZ (1960), F. H. CARDOSO (1960), O. IANNI (1960), L. C. BRESSER PEREIRA (1964), L. MARTINS (1966), J. SOUZA MARTINS (1967), P. SINGER (1968), W. DEAN (1971). As pesquisas geográficas sobre São Paulo deram ênfase ao conhecimento dos centros industriais: H. TROPPEMAYER (1966), F. DAVIDOVICH (1966), N. L. MULLER (1969), P. GEORGE (1969), L. GOLDENSTEIN (1970), S. S. SAMPAIO (1972). Nossas preocupações no presente trabalho estão voltadas ao estudo do processo de industrialização paulista (gênese e evolução) e das implica-

(*) Recebido para publicação em outubro de 1974.

(1) Prof. da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente.

ções espaciais do referido processo (concentração geográfica das indústrias, etc.).

O início do processo industrial paulista nas duas últimas décadas do século passado coincide com o grande aumento da produção cafeeira e com a entrada maciça de imigrantes europeus atraídos pela referida produção. Os estudos existentes levam em consideração o café e o imigrante como fatores básicos, mas alguns dão destaque maior à economia cafeeira, enquanto outros destacam a imigração. Dado o entrelaçamento entre expansão cafeeira e movimento migratório é difícil distinguir na industrialização, a parte do café daquela desempenhada pelo imigrante, mas é fundamental procurar explicar corretamente tais relações. C. FURTADO, F. H. CARDOSO e W. DEAN, apesar das divergências de opiniões, estão entre os autores que deram destaque excessivo ao papel do café na industrialização, sublinhando mecanismos econômicos ou modificações sociais. Na perspectiva exposta por C. FURTADO (1959) a industrialização processou-se com as crises da economia cafeeira: as quedas das exportações geraram retrações das importações de artigos industriais e paralelamente estímulos na produção industrial interna. Este relacionamento da industrialização com as situações de crise do comércio exterior foi criticado por W. DEAN (1971 p. 108), para quem a industrialização avançou nas épocas de prosperidade da economia cafeeira. Por outro lado, nem toda economia de exportação gerou automaticamente atividade industrial: a exportação de borracha da Amazônia ou de cacau do sul da Bahia não provocaram nenhuma industrialização significativa. F. H. CARDOSO viu os germes da industrialização nas modificações da sociedade cafeeira paulista dos fins do século passado: a fazenda da área de Campinas e Ribeirão Preto deixou de ser escravista para tornar-se capitalista (mão-de-obra livre) e assim o fazendeiro transformou-se em empresário industrial. Esta linha foi explorada por W. DEAN, que considerou o desenvolvimento de São Paulo único na América Latina e no qual "os proprietários rurais não somente sobreviveram como classe, mas também dirigiram a passagem de uma cultura rofiteira de cana-de-açúcar no princípio do século XIX, para um complexo sistema industrial nos meados do século XX" (1971, p. 41). Os dados existentes, entretanto, indicam que a aristocracia cafeeira paulista decaiu fortemente logo no início do processo de industrialização, como percebeu R. M. MORSE (1970 p. 235): "o gradual desaparecimento desses líderes (ANTONIO DA SILVA PRADO, etc) com a passagem dos anos, e depois de 1902 as crises ruinosas do café, foram de molde a deixar a aristocracia rural-urbana reduzida, por volta de 1920, a farrapos de prestígio social". Se a ten-

dência explicativa de C. FURTADO é nacionalista-industrialista (W. DEAN p. 108), a linha de F. H. CARDOSO, esposada por W. DEAN, é uma tentativa de dialetizar em termos sociais, mas sem muita base real, a perspectiva anterior.

As relações entre imigração européia dos fins do século passado e industrialização são apontadas no caso paulista por numerosos autores, tais como R. SIMONSEN, C. PRADO JR., F. H. CARDOSO, O. IANNI, W. DEAN, J. SOUZA MARTINS, etc. Este último, por exemplo, assinalou que “as ocorrências relativas à possibilidade da indústria no Brasil referem-se sem dúvida à supressão do trabalho escravo e à imigração estrangeira para atender a demanda de mão-de-obra, pelo alargamento da faixa dos consumidores-compradores” (1973, p. 70). P. PETRONE, E. WILLEMS (1955), D. LINO DE MATTOS e L. C. BRESSER PEREIRA, entre outros, consideram a imigração estrangeira como fator fundamental não somente devido a sua importância como mercado consumidor e mão-de-obra industrial, mas também como fonte principal de empresários industriais. Para melhor entender o papel do café e do imigrante é preciso analisar a economia e a sociedade de São Paulo antes da imigração e em seguida as características da corrente imigratória européia atraída pelo café.

O espaço econômico paulista nasceu da expansão mercantil da Europa, como área colonial encarregada de produzir gêneros de exportação em latifúndios escravistas (açúcar, café, etc.). Paralelamente importava da Europa manufaturas (tecidos, móveis, louças, etc.) e mesmo alimentos (farinha de trigo, bacalhau, etc.). Na divisão internacional de trabalho criada pela Europa mercantil e depois industrial, São Paulo tornou-se área de grandes lavouras tropicais, com função estritamente especializada e periférica. A sociedade paulista, assim sendo, apresentava-se fortemente polarizada e hierarquizada: grandes proprietários rurais e comerciantes export-import dominavam o conjunto. Na base da escala social estavam os escravos exercendo trabalho agrícola de baixa produtividade, quase não consumindo artigos industriais e sem a menor capacidade de decisão. No meio da sociedade não podia existir uma classe média do tipo europeu, mas apenas uma insignificante camada intermediária sem maior autonomia, composta de pequenos comerciantes, artesãos, funcionários civis e militares, fortemente subordinada às classes dominantes. Esta sociedade não tinha condições internas para se auto-superar e promover o crescimento industrial (A. MAMIGONIAN, 1969).

No início do século passado os grandes proprietários rurais paulistas eram principalmente senhores de engenho que se tornaram

posteriormente fazendeiros de café. Seu esquema mental caracterizava-se por uma concepção hierarquizante, incluindo aversão ao trabalho produtivo e absentéismo: daí o complexo de inferioridade em relação à Europa e o complexo de superioridade em relação aos comerciantes e às camadas populares. Para eles a fazenda era menos a unidade produtora do que a fonte de renda que garantia uma vida de gastos fáceis. À medida que enriqueciam passavam a residir nas cidades, em grande parte pela mentalidade consumidora. S. HILAIRE (1945) e outros viajantes do início do século XIX assinalaram numerosos senhores de engenho e criadores de gado residentes nas cidades paulistas, em particular na capital. A partir de 1880 número crescente de grandes plantadores de café passou a residir em São Paulo, que foi se tornando no dizer de P. MONBEIG (1953) "a capital dos fazendeiros". Os lucros das boas safras de café permitiam construir ricas residências paulistanas, onde freqüentemente o mobiliário e as decorações eram ao gosto francês e as roupas de cama, louças, cristais, etc. eram das melhores procedências européias (R. SOARES JR. 1958). Assim, a aristocracia rural paulista não era mercado consumidor possível para as primeiras indústrias.

Não se trata de negar a capacidade empresarial dos fazendeiros paulistas da segunda metade do século XIX. A aristocracia paulista demonstrou amplamente sua capacidade de iniciativa, passando da lavoura para a cafeicultura, dirigindo a ampliação gigantesca da produção de café (6% da produção brasileira em 1850, 16% em 1870, 25% em 1880, 40% em 1885, 65% em 1900), construindo ferrovias para o escoamento da produção (Paulista, Mogiana, etc), promovendo a imigração de mão-de-obra européia para as fazendas, implantando estabelecimentos bancários, etc. É preciso não esquecer, entretanto, que todas estas iniciativas estavam intimamente ligadas à expansão da economia cafeeira, isto é, faziam parte de seu mundo especializado de negócios: exportação de gêneros tropicais. Já a tentativa da aristocracia paulista de superar seu próprio sistema colonial-latifundiário, tornando-se burguesia industrial, muito mais difícil do que construir estradas-de-ferro para escoar café, mostrou-se simplesmente desastrosa.

As primeiras iniciativas nas indústrias têxteis foram tomadas pela aristocracia rural. A. P. CANABRAVA (1951, p. 275) assinalou que em 1866 existiam no Brasil nove fábricas de tecidos, nenhuma delas em São Paulo. As seis primeiras tecelagens paulistas começaram a funcionar quase ao mesmo tempo, no período de 1870 a 1876, cinco das quais no interior, principalmente em áreas algodoeiras (Itu, Piracicaba, S. Luiz Paraitinga, Campinas). O cres-

cimento rápido da lucrativa lavoura cafeeira ia absorvendo mão-de-obra escrava dos demais setores das próprias fazendas, dispensando a produção no complexo-rural de tecidos artesanais destinados a vestir seus escravos (G. PAIM, 1957 p. 46). Assim sendo, frutificaram as iniciativas dos fazendeiros de algodão como A. Paes de Barros, J. P. de Souza Arouca e dos fazendeiros de café como os Souza Queiroz, que importaram equipamentos e técnicos da Europa e Estados Unidos e produziram tecidos grosseiros para vestir a população escrava.

Um importante levantamento cadastral da indústria paulista nos seus primórdios (A. F. BANDEIRA JR. 1901) assinalou vários estabelecimentos fundados por fazendeiros de café: Cia. Antártica Paulista, Vidraria Santa Marina, Tecidos Votorantim etc. Entre os primeiros industriais paulistas destacaram-se cafeicultores como Antonio da Silva Prado; A. Alvares Penteado; A. Lacerda Franco e outros. Os estabelecimentos controlados pelos fazendeiros eram pouco numerosos mas grandes, em decorrência dos vultosos capitais propiciados pelas lucrativas safras de café, ao contrário dos controlados pelos imigrantes, que eram muitos mas quase todos pequenos. A. Silva Prado (1840-1829), acionista da Cia. Paulista de E. Ferro e promotor da imigração européia, montou em 1895 a Vidraria Santa Marina, a primeira fábrica de garrafas do Brasil, em 1889 o curtume Água Branca e em 1913 o Frigorífico de Barretos, pioneiro no Brasil. A. Alvares Penteado (1852-1912) fundou na capital paulista uma fábrica de sacos de juta (1889) e outra de tecidos e cobertores de lã (1898), sendo que a tecelagem de juta, a maior do Brasil, trabalhava com fios importados, empregava 800 operários, tinha 900 teares (total brasileiro 2.000) e vendia para todo o mercado nacional em 1901. A. Lacerda Franco, fazendeiro e corretor de café, instalou o Banco União (1890), a Estamparia e alvejaria Votorantim (1894) e outra indústria textil em Jundiá (W. DEAN, 1971 p. 53). A. Campos Sales, Teodoro Sampaio, Asdrúbal do Nascimento, A. Rocha Miranda e P. França Pinto eram os acionistas majoritários da Cia. Antártica Paulista, fundada em 1891, enquanto Zerrenner, Büllow & Cia. subscreviam apenas 1% das ações (G. HASSE, 1974 p. 52).

Os fazendeiros de café, entretanto, na maioria dos casos, acabaram perdendo seus negócios industriais. Antonio da Silva Prado, que W. DEAN (1971, p. 69) considerou o modelo do fazendeiro-empresário, foi um caso típico: em 1919 vendeu o frigorífico de Barretos à Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo (A. Siciliano), que o passou ao Anglo em 1923; seus descendentes venderam a Vidraria

Santa Marina à firma francesa Saint Gobain. A Cia Antártica Paulista, dois anos após sua fundação passou às mãos de Zerrenner, Büllow & Cia, firma comercial de imigrantes alemães. W. DEAN lembra que sete dos nove cotonifícios fundados pela aristocracia paulista até 1910 passaram para o controle de imigrantes por volta de 1917 (1971 p. 76): Hermann T. Müller, importador de tecidos, comprou a tecelagem dos Souza Queiroz localizada em Americana; A. Siciliano comprou a tecelagem de juta e as fábricas de tecidos Brasital; A. Pereira Ignácio, imigrante português, adquiriu com outros sócios três tecelagens dos sucessores de L. Antonio Anhaia e D. Antonio de Barros e por pouco mais de 10% de seu valor a fábrica de tecidos Votorantim, a segunda do Estado (valendo US\$ 10 milhões), tornando-se em 1917 um dos maiores empresários industriais de São Paulo.

A mudança do controle de indústrias foi tão visível naquele momento que um porta-voz dos fazendeiros queixou-se dos imigrantes, que tinham chegado de terceira classe para "empobrecer antigas famílias da aristocracia rural, genuinamente brasileiras" (O Estado de São Paulo, 22/9/1919, conforme W. DEAN, 1971, p. 76). A conjuntura da primeira guerra mundial acelerou também a mudança da propriedade das terras paulistas, que em grande parte passaram das mãos da aristocracia para as mãos dos antigos colonos de café. O reingresso depois de 1930 de alguns descendentes da aristocracia rural paulista na atividade industrial, como J. Souza Rezende, engenheiro cujos pais perderam suas terras (Máquinas Piratininga), ou os Vidigal, banqueiros que se tornaram industriais (Cobrasma, etc.), não teve maior significado no processo de industrialização de São Paulo. Em 1935 uma amostragem governamental abrangendo 714 empresas industriais paulistas indicou 72,9% de origem não luso-brasileira (E. WILLENS, 1955, p. 129). Como explicar tão forte predominância dos grupos imigrantes? Para entender a contribuição fundamental dos imigrantes à transformação industrial do Brasil é preciso enquadrá-la no extraordinário movimento migratório europeu do século passado.

Durante o século XIX e inícios do XX a Europa forneceu às regiões temperadas do mundo milhões de imigrantes. Descontando os que retornaram, estabeleceram-se nos EUA 26 milhões, no Canadá 5,5; na Austrália 1,6; etc. Conforme assinalou P. SANTI: "são estes países que adquirem uma estrutura econômico-social comparável à dos países capitalistas mais antigos, enquanto todos os países nos quais continua predominando a população nativa não conseguem desenvolver o capitalismo além de poucas zonas e de alguns setores.

Isto não é devido, naturalmente, à “superioridade da raça branca”, a única que seria capaz de aprender a desenvolver as técnicas produtivas modernas. Isto se deve simplesmente ao fato de que no Canadá, Austrália, Nova Zelândia, o capital — como relação social — não está obstaculizado na sua implantação por relações pré-capitalistas ou por uma estrutura que havia sido distorcida pelo comércio precedente. Nas colônias de povoamento, ao contrário, as relações capitalistas se inserem numa estrutura preparada para recebê-las. Trata-se de uma estrutura mercantil que tem como eixo a propriedade privada e que, graças às contínuas migrações, atenua também os sofrimentos da expropriação dos produtores-proprietários. A colonização branca povoa o país de pessoas já dotadas daquele mínimo de cultura que se torna indispensável ao desenvolvimento capitalista, sem que seja imprescindível a formação de uma força de trabalho qualificada às expensas do capital, sem necessidade, portanto, de desperdiçar capital em atividade não imediata ou diretamente produtiva. Sobre a base de tais combinações é possível o desenvolvimento de uma mentalidade “empresarial” não obstaculizada pela combinação de relações capitalistas puras e relações não-capitalistas, não limitadas pela presença de uma camada de “compradores” ligados apenas passivamente ao capitalismo, nem tão pouco vinculada à “tutela” de uma camada exploradora nativa” (1973, p. 40 citando MARX: História crítica da teoria da mais valia). Isto quer dizer que vivendo em seus países de origem, Grã Bretanha, Alemanha, Itália, etc. dentro de estruturas econômico-sociais capitalistas plenas ou emergentes, tais imigrantes transplantaram estas mesmas estruturas nas regiões de destino. Os europeus embarcaram para as referidas regiões com “o capitalismo em seus ossos”, mesmo que não dispusessem de nenhum capital, mas apenas de iniciativa, habilidades especiais e engenhosidade (P. A. BARAN, 1960, p. 166).

Os milhões de europeus que se estabeleceram nos outros continentes encontraram quase sempre condições altamente propícias ao desenvolvimento econômico, como nos EUA, Canadá, Austrália. Nos EUA a “homestead law” de 1862 concedeu 62 hectares a cada família que se fixasse na agricultura. Mais para oeste a dimensão aumentou para 124 ha. (1909) e logo depois para 248 ha. (1916). Na América Latina as condições de implantação não foram tão favoráveis, dada a estrutura econômico-social latifundiária-escravista. A inserção dos imigrantes europeus num país latifundiário como o Brasil facilitou-lhes a ascensão econômica e social, mas limitou-lhes a longo prazo sua força de expansão, amarrando-os à estrutura atrasada e subdesenvolvida pré-existente.

O fluxo de europeus para o nosso país foi muito reduzido até 1880-85 e se dirigiu sobretudo ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde se tornaram pequenos proprietários de extensões muito acanhadas (25ha.), pagas freqüentemente a preços elevados. Apenas 5% dos imigrantes entrados no Brasil até 1880 procuraram São Paulo. Mas a rápida expansão cafeeira, as condições de trabalho mais favoráveis e o pagamento das passagens por parte dos governos provinciais cafeicultores desviaram uma parte da corrente emigratória européia das áreas mais atrativas (EUA, etc.) para o Brasil, em particular para São Paulo. A população paulista era de 1,04 milhão de habitantes em 1886, quando começou o movimento imigratório subvencionado. Registrou 1,39 em 1890 e 2,28 milhões em 1900, aumentando numa taxa de 5,1% ao ano (taxa brasileira de 2%). De 1887 a 1902 São Paulo recebeu mais de um milhão de estrangeiros, afora os nacionais, propiciando enorme aumento da produção cafeeira, de 2,6 milhões de sacas em 1888 a 8,0 milhões em 1902, conforme R. SIMONSEN (1973, p. 213). No período mais extenso de 1878 a 1937 entraram em São Paulo 2,40 milhões de imigrantes estrangeiros; isto é, 55% do total de 4,37 milhões ingressados no Brasil (E. WILLENS, 1955, p. 120 citando H. DORIA DE VASCONCELLOS). Além de São Paulo e outras regiões cafeeiras (Sul de Minas e E. Santo), os imigrantes continuaram a procurar o Brasil meridional e as cidades comerciais litorâneas: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, etc.

Como se sabe, na segunda metade do século XIX aprofundaram-se na Europa as relações capitalistas na indústria e na agricultura. As contradições daí decorrentes estimularam grandes correntes emigratórias, como C. IANNI (1963) mostrou para o caso italiano. A esmagadora maioria dos europeus emigrantes eram lavradores que perderam suas terras e que tentavam retornar à condição de proprietários rurais. Essas partidas maciças esvaziaram a vida econômica de inúmeras regiões agrícolas, estimulando nelas saídas de artesãos e comerciantes como F. Matarazzo, comerciante em Castellabate, na Campania; A. Pereira Ignácio, filho de sapateiro de Baltar; Viana do Castelo; J. Palermo, sapateiro em Trechina, Calábria, etc. As sucessivas concentrações industriais do capitalismo europeu expulsaram do mercado artesãos, operários e pequenos empresários que vieram refazer suas vidas nas áreas de imigração. Da cidade de Milão saíram entre outros R. Crespi, representante comercial de tecidos; A. E. Romi, operário em fábrica de elevadores; G. Rabioglio, técnico na Brow-Boveri, etc. As perseguições étnicas na Europa oriental provocaram as saídas dos Klabin, comerciantes de papel na Lituânia; P. R. Robell, diretor de fábrica de artigos de borracha em Budapeste; D. Kopenhagen; M. Schwartzmann,

etc. Como já se disse, a economia cafeeira paulista da segunda metade do século XIX cresceu consideravelmente e intensificou sua divisão social de trabalho. Enquanto a sociedade paulista tradicional dividia-se em fazendeiros, classe média de funcionários civis e militares e população escrava decrescente, os imigrantes inseriram-se como: 1) trabalhadores das fazendas pertencentes à aristocracia rural, com capacidade de trabalho e hábitos de consumo muito mais altos que dos escravos; 2) pequenos negociantes artesanais e comerciais, como J. Palermo (sapataria), M. Dedini (Oficina mecânica), V. Filizola (oficina mecânica), etc. e 3) grandes comerciantes, exportadores de café e/ou importadores de numerosos produtos: Zerrenner, Bülow & Cia. (café e importação), F. Matarazzo (importação de farinha de trigo), Klabin (importação de papel), N. Jafet (importação de tecidos), etc.

O cadastro industrial paulista levantado por A. F. BANDEIRA JR. em 1901 apresentou exemplos de produções destinadas a um mercado de alto padrão (móveis, casemiras e chapéus de qualidade), mas na verdade podemos dizer que a parte principal da industrialização paulista na sua primeira fase (até a 1.^a Guerra Mundial) processou-se no interior da "sociedade" imigrante. Se os estímulos provocados pela expansão do café não encontraram condições sociais favoráveis (espírito de iniciativa generalizado, consumo difundido, etc.) na sociedade latifundiária-escravista, ocorreu o oposto entre os europeus. Os colonos de café tornaram-se o principal e mais sólido mercado consumidor da indústria paulista. R. SOARES JR. conta que Jorge Tibiriçá, fazendeiro de café tradicional, conseguiu superar a crise do café de 1896-1901 produzindo e vendendo laticínios para seus próprios colonos (1958, p. 373). Enquanto os trabalhadores escravos das fazendas de café andavam descalços, os colonos europeus que os substituíram usavam botinas "rígidas", primeiro mercado da indústria de calçados de Franca, onde sapateiros italianos imigrantes como J. Palermo e S. Spessoto tiraram proveito das condições favoráveis. Grandes consumidores de alimentos, como massas, banha de porco, salamarias, chocolates, etc., os imigrantes estimularam a produção de chocolates (Falchi), refinação de açúcar (Morganti), bem como massas alimentícias na capital paulista (Secchi, Quaranta, Christofani, etc.), que permitiam a implantação de um grande moinho de trigo em 1900 (Matarazzo), logo seguido de outros.

Os capitais iniciais necessários aos empreendimentos, foram frequentemente modestos. Mesmo F. Matarazzo antes de se tornar importador de farinha de trigo, foi um pequeno comerciante em Sorocaba. Grande parte dos empresários imigrantes eram inicial-

mente "capitalistas sem capital" para usar a feliz expressão de E. STODIECK JR. Note-se ainda que na primeira década do século XX as remessas para a Itália, em maioria por parte dos colonos de café, através da filial de São Paulo do Banco de Nápoles, controlada por Matarazzo, perfaziam US\$ 1 milhão anuais (W. DEAN, 1971, p. 13). Por outro lado a imigração contribuiu também com mão-de-obra industrial. A capital paulista no século passado e início deste desempenhou o papel de grande mercado de trabalho para as lavouras de café: convergiam novos imigrantes e aqueles que pretendiam trocar de fazenda. Muitos deles ao invés de serem recrutados pelos fazendeiros foram absorvidos pelas indústrias nascentes (P. DENIS, 1908, p. 343). A. BANDEIRA JR. (1901, p. XVI) notou que os operários especializados em todos os ramos industriais haviam trabalhado em fábricas européias e que uns 75% do operariado paulista eram estrangeiros. A fábrica de tecidos e fiação Anhaia, controlada em 1901 por paulistas tradicionais, chegava ao extremo de ter 301 estrangeiros (58 homens, 168 mulheres e 75 menores), de um total de 310 operários. É significativo observar que os italianos alcançaram 12% da população paulistana em 1886 e ultrapassaram 50% no início do século XX (J. R. ARAUJO F.º 1958, p. 198).

As indústrias de São Paulo tiveram inicialmente que enfrentar a concorrência do Rio de Janeiro, o grande centro importador e industrial brasileiro do início do século XX, no próprio mercado paulista (A. BANDEIRA JR. 1901, p. XII). O maior número de empresários, a mão-de-obra mais preparada e o mercado mais amplo e sólido, todos fatores decorrentes da imigração européia, pesavam em favor de São Paulo. A Guanabara começou sua industrialização bem antes de São Paulo, pois ao longo da segunda metade do século passado tornou-se uma grande cidade, concentrando funções comerciais export-import e mercado consumidor urbano considerável, além de dispor do mercado do hinterland mais importante da época: a área da província do Rio de Janeiro e da zona da mata mineira. A maioria de seus comerciantes eram imigrantes europeus e foram eles que se transformaram em empresários industriais (S. TURNOWSKI, 1969), apesar de que o conjunto da cidade e o hinterland permanecessem dentro de estruturas coloniais, latifundiárias e escravistas, o que logo se manifestou desvantajoso.

Com o gradativo deslocamento da produção cafeeira da província do Rio de Janeiro para São Paulo, o hinterland da Guanabara foi se esvaziando: de 84% da produção brasileira em 1870, decresceu para 50% em 1890 e 35% em 1900, paralelamente ao crescimento do hinterland paulista e por consequência do peso de seu mercado consumidor (P. SINGER, 1968, p. 52). Não se deve entender a

questão apenas quantitativamente, pois enquanto a área de influência da Guanabara permaneceu latifundiária e a massa trabalhadora, descendente em grande parte de escravos, foi mantida em baixo nível de vida, no caso de São Paulo os colonos de café, que já como assalariados tinham nível de vida mais alto, ascenderam econômica e socialmente desde a crise de 1896-1901, que marca o fim do monopólio da terra por parte dos fazendeiros tradicionais. P. DENIS (1908, p. 341) registrou as primeiras subdivisões das grandes propriedades nas áreas agrícolas velhas e a emersão de pequenas propriedades produzindo algodão, cana-de-açúcar, cereais.

Nas duas primeiras décadas do século XX houve forte coincidência e relações de causa-efeito entre crescimento industrial de São Paulo e: 1) ascensão do empresariado industrial imigrante e dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais e 2) decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e de grandes proprietários rurais.

Tomando-se o setor têxtil como exemplo, notamos que os empresários imigrantes se estabeleceram após a aristocracia rural paulista e o empresariado do Rio de Janeiro. O primeiro foi o português M. José da Fonseca (1881), seguido de inúmeros outros: Crespi (1897), Kowarick (1900), Matarazzo (1904), Jafet (1906), Diederichsen (1914), etc. que cresceram rapidamente. R. Crespi tinha 280 a 300 operários em 1901, alcançou 1300 em 1909 e era o maior estabelecimento têxtil paulista em 1917. F. Matarazzo montou tecelagem para ensacar a farinha de trigo do seu moinho, adquiriu outra tecelagem em 1911 e percebendo que os sacos eram transformados em roupas pelos colonos de café, passou a fabricar tecidos populares, empregando antes de 1914 mais de 1.000 operários têxteis. Conquistado o mercado paulista de 1907 a 1914, a indústria de São Paulo lançou-se à conquista do mercado nacional (W. DEAN, 1971, p. 106).

Dentro de São Paulo a 1.^a guerra mundial marcou a grande virada econômico-social. As exportações de café caíram de 46,4 milhões de libras esterlinas em 1912 a 19,0 milhões em 1918 (P. DENIS, 1927, p. 199), arrastando muitos grandes fazendeiros à crise. Paralelamente São Paulo tornou-se exportador de alimentos durante a guerra: 32.650 toneladas de carnes (1918), 54.750 t. de feijão (1918), 22.000 t. de arroz (1917), etc., conforme assinalou A. DEMANGEON (1921). As produções de cereais eram realizadas principalmente pelos colonos de café e assim B. GIOVANNETTI (1943, p. 75) pôde dizer que "durante a conflagração européia de 1914-18 as velhas regiões do Estado impossibilitadas de vender as

colheitas cafeeiras a preços remuneradores, apresentavam a extravagante anomalia econômico-financeira de fazendeiros empobrecidos e colonos enriquecidos; a alta de preços dos cereais favoreceu sobremaneira aquela situação". A crise do café durante a 1.^a Guerra Mundial atingiu em maior ou menor escala os fazendeiros-industriais, o que explica o número de liquidações assinaladas por W. DEAN naquela conjuntura.

Por outro lado a referida guerra acelerou a ascensão dos colonos de café. Eles aplicaram suas economias na compra de terras nas novas regiões (Alta Sorocabana, Alta Paulista, etc) e também nas velhas regiões agrícolas. No município de Piracicaba, por exemplo, os imigrantes começaram a adquirir pequenas propriedades decorrentes da subdivisão das fazendas de café a partir de 1920 e o número de propriedades passou de 603 (1905), para 2.640 (1935), das quais os estrangeiros possuíam 50,1% ou 1.324 propriedades (N. L. MÜLLER, 1966, p. 90 citando M. NEME). Esta ascensão teve várias conseqüências: reforçou o mercado consumidor da indústria paulista, permitiu rápida modernização da agricultura de São Paulo, etc. Os novos proprietários rurais imigrantes passaram a utilizar técnicas mais modernas (máquinas, adubos, novas variedades) e a produzir cada vez mais para o mercado urbano de São Paulo, formando-se a partir da metrópole paulista auréolas agrárias: cinturão hortigranjeiro (nipo-brasileiros), bacia leiteira (mineiros), área açucareira (italo-brasileiros), etc.

De 1880 a 1914 a indústria de São Paulo baseou-se no mercado paulista, transplantado da Europa com a imigração. Dadas as características do seu processo de implantação e da dimensão do mercado regional, a indústria de São Paulo acabou sobressaindo-se e a partir da 1.^a guerra mundial iniciou gradativamente a conquista dos mercados das indústrias regionais brasileiras (Rio de Janeiro, Nordeste, etc.) e os mercados ligados às importações estrangeiras. Esta conquista foi facilitada pelo desenvolvimento dos transportes ferroviários e mais recentemente pela rápida melhoria dos transportes rodoviários modernos. Em São Paulo as produções dos ramos existentes aumentaram quantitativa e qualitativamente, como a indústria de calçados de Franca, que na década de 1930 além das botinas, destinadas aos colonos de café, passou a produzir calçados de padrão médio e chegou aos calçados masculinos esportivos. O setor têxtil passou por evolução semelhante: aos tecidos populares do início do século acrescentaram-se produções mais apuradas. A expansão das indústrias paulistas provocou retração nas regiões menos dinâmicas, como na indústria de calçados do Rio de Janeiro, onde grandes fábricas encerraram ou diminuíram suas atividades (Bordallo, Sou-

to, Fox, etc.). O quadro do pessoal ocupado na indústria têxtil dá uma idéia do avanço de São Paulo em detrimento do Nordeste e da Guanabara-Estado do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que constata a estabilidade da posição de Minas Gerais e a forte expansão do sul do Brasil ligado à imigração européia. Chama a atenção a acentuada queda do pessoal ocupado na indústria têxtil nordestina, que decresceu de 80.800 empregados em 1950 a 41.300 em 1969, acelerando seu subdesenvolvimento.

PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA (1.000 pessoas)

	1920		1950		1969	
Nordeste	32,1	(28,7)	80,8	(23,9)	41,3	(13,8)
M. Gerais	9,5	(8,5)	29,8	(8,8)	29,4	(9,8)
GB-RJ	29,7	(26,5)	51,2	(15,1)	42,8	(14,3)
S. Paulo	34,8	(31,0)	155,2	(45,9)	149,5	(50,0)
Sul	5,3	(4,7)	19,6	(5,8)	30,0	(9,8)
TOTAL	112,3	(100,0)	338,0	(100,0)	298,8	(100,0)

A indústria implantada em São Paulo até 1.^a guerra mundial, além de se expandir na conquista do mercado nacional, conduziu a outros desdobramentos: gênese do importante ramo mecânico e aplicação dos capitais gerados na indústria têxtil em novos setores (cimento, siderurgia, etc.). Esta evolução possibilitou igualmente os primeiros investimentos paulistas nas diversas regiões brasileiras.

A necessidade da manutenção de equipamentos industriais importados estimulou o aparecimento de pequenas oficinas locais destinadas à execução de consertos: Bardella (1911), Villares (1918), Dedini (1920), Romi (1929) entre outras. Os consertos logo exigiram fabricações de peças simples e em seguida de conjuntos inteiros, até a transformação destas oficinas em indústrias de máquinas. No final da década de 1920 e durante a década de 1930 passaram às fabricações completas e o advento da 2.^a guerra mundial, dificultando as importações, deu-lhes forte impulso. Bardella, pequena oficina de 35 metros quadrados em 1911, fabrica atualmente pontes rolantes, equipamentos para usinas hidrelétricas (turbinas, comportas), para fábricas de papel e celulose, para siderurgia (laminadores), etc. Villares começou consertando elevadores e aos poucos passou a fabricá-los (Atlas, 55% do mercado nacional), acrescentando produção de aços especiais, motores diesel, escavadeiras, guindastes, pontes rolantes, etc. Romi era inicialmente oficina de automóveis em Santa Bárbara d'Oeste, passando a fabricar máquinas e

implementos agrícolas, abandonando-os depois em favor da produção de tornos mecânicos, sendo neste setor um dos maiores fabricantes mundiais. Dedini consertava usinas de açúcar na área de Piracicaba e tornou-se fabricante de usinas completas (70% do mercado nacional), além de produzir equipamentos para indústria petroquímica e para papel e papelão, aço para construção (primeiro lingotamento contínuo no Brasil, 1968), transformadores, tijolos refratários, etc. Neste último caso é interessante notar que a indústria mecânica contribuiu poderosamente para o desenvolvimento da agricultura paulista. Dedini foi um dos fatores da transformação dos engenhos de pinga pertencentes aos imigrantes italianos ex-colonos de café da área de Piracicaba e de Ribeirão Preto (Ometto, Zanin, Brunelli, Balbo, etc.) em usinas de açúcar, elevando a participação de São Paulo na produção nacional, de 20% em 1920, a 50% em 1970, deslocando do Nordeste o centro de iniciativas do setor. Nas áreas de Piracicaba e Ribeirão Preto isto correspondeu a partir de 1935-40 a uma concentração fundiária acelerada (N. L. MÜLLER, 1966, p. 92).

No final da 1.^a guerra mundial os grandes grupos industriais paulistas (Votorantim, Matarazzo, Jafet, etc.) concentravam-se no ramo têxtil. Nas décadas de 1920-50 estes grupos diversificaram consideravelmente suas aplicações industriais, penetrando em novos setores: cimento, siderurgia, química, etc. O grupo Votorantim tornou-se o maior fabricante de cimento no Brasil, com nove fábricas localizadas desde o Rio Grande do Sul, até o Ceará, além de entrar na metalurgia (aço, alumínio, zinco, níquel), mecânica, química, açúcar, etc., totalizando 50 fábricas e 40 mil empregados em 1970. Matarazzo, têxtil e alimentício em 1920, partiu para cimento, química, azulejos, papel e celulose, etc. (IRFM tinha 19.640 empregados em 1971). Os demais grandes grupos também diversificaram: Jafet aplicou seus lucros no setor siderúrgico, Crespi investiu em plásticos, etc. Empresas de outros ramos também se expandiram. Klabin, fabricante de papel, implantou outras fábricas de papel e celulose no Paraná, Guanabara, Sta. Catarina, além de tornar-se produtor de azulejos na Guanabara e Minas Gerais e auto-peças em São Paulo. A Cia. Antártica Paulista montou ou comprou fábricas de bebidas na Guanabara, Rio Grande do Sul, Sta. Catarina, Pernambuco, Bahia, etc. Assim sendo, as grandes empresas paulistas tornaram-se os maiores grupos industriais nacionais não só pelas dimensões e diversificações alcançadas, mas pela extensão territorial de suas implantações industriais.

Até 1955 a industrialização de São Paulo foi comandada nitidamente pelos grandes empresários paulistas, em grande maioria de

origem imigrante. Nas duas últimas décadas esboçaram-se novas características do processo industrial ligadas à presença de indústrias estatais e numerosas indústrias estrangeiras. O estado brasileiro nos primeiros tempos da nossa industrialização desempenhou um papel negativo sob vários aspectos, inclusive por sua política tarifária instável e contraditória. Com o tempo, suas necessidades financeiras ligadas às taxas de importação e a manutenção do câmbio a níveis baixos, favorecendo as exportações tropicais, ajudaram indiretamente a industrialização (N. VILLELA LUZ, 1960). A Revolução de 1930, enfraquecendo a aristocracia rural e levando ao poder camadas sociais de tendências nacionalistas, inaugurou uma política governamental industrialista. Alguns setores econômicos foram beneficiados: carvão, frigoríficos, vinicultura, triticultura, etc., foram instaladas indústrias de base e apoiou-se a burguesia industrial nacional. Não se deve minimizar o apoio de Getúlio Vargas às iniciativas do empresariado industrial paulista: Klabin (papel), Pignatari (cobre), Votorantim (alumínio), D. F. Vasconcelos (aparelhos de precisão), bem como na gênese de alguns frigoríficos (Moura Andrade, T. Maia). As implantações das indústrias de base estatais em São Paulo são recentes: Refinaria de Cubatão (1955), produzindo derivados de petróleo, asfalto, fertilizantes, Cosipa (1963), estabelecimento siderúrgico integrado, etc.

Mas a grande mudança no processo de industrialização no Brasil foi a penetração das grandes corporações estrangeiras durante as últimas duas décadas. Até recentemente eram raras as indústrias alienígenas, pois os capitais estrangeiros davam preferência a setores especiais, que não eram verdadeiramente industriais (serviços de eletricidade e telefônicos, estradas de ferro, etc). Mas as iniciativas nacionais em alguns ramos eram logo seguidas da presença das grandes corporações internacionais receosas de perder o mercado. Assim, por exemplo, a fabricação de pneus "Brasil" no Rio de Janeiro, de iniciativa nacional, atraiu no final da década de 1930 três grandes fabricantes mundiais (Goodyear, Firestone e Pirelli), que se estabeleceram no aglomerado paulistano. Após a 2.^a guerra mundial o mercado consumidor nacional adquiriu dimensões consideráveis e portanto atraentes. A subida ao poder no Brasil em 1954 de setores sociais contrários ao desenvolvimento autônomo da nação, facilitou bastante (Instrução 113 da Sumac) a invasão de investimentos estrangeiros em atividades industriais.

O complexo industrial paulistano foi escolhido como local de implantação de 80% destes investimentos, por reunir condições excepcionais: infraestrutura básica (E. F., rodovias, eletricidade, etc.), mercado mais rico do país e indústrias fornecedoras. A indústria

automobilística estrangeira pôde dispor das fábricas de auto-peças nascidas anteriormente para atender o mercado de reposição de carros importados, como G. Rabioglio (acumuladores Satúrnia), S. Fumagalli (rodas e mancais para rolamentos), etc. Assim cresceram no complexo industrial paulistano certos ramos dinâmicos como de materiais de transporte (80% do Brasil), materiais elétricos e de comunicação (72,1% do Brasil) etc. que aceleraram seu gigantismo: responsável em 1940 por 26,9% do valor da produção industrial brasileira, em 1950 por 31,1%, passou em 1960, a 42,6%. No Brasil, tomando o caso extremo da metrópole paulistana, deve-se notar que, além de registrar 756 mil pessoas ocupadas na indústria em 1965, controlava em 1962 outros 133 mil assalariados em filiais localizadas fora do aglomerado, os quais estavam em maioria (99.600) no próprio estado de São Paulo e zona de influência regional (sul de Minas Gerais, Centro-Oeste e norte do Paraná), em particular nas cidades-satélites do complexo industrial (Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, etc.), mas se estendiam também no restante do Sudeste (16,340 dos quais 48% na Guanabara), Sul (11.260), Nordeste (5.890) e Amazônia (200), conforme apontou R. LOBATO CORREA (1968, p. 59).

A indústria estrangeira implantada em São Paulo provocou numerosas conseqüências importantes. Estabelecidas para operar não só no mercado brasileiro, mas em toda a América Latina, procuraram obter facilidades para sua política de exportações: apoio à política da ALALC, incentivos fiscais, etc. A partir de 1964 o governo brasileiro oficializou esta tendência, que favoreceu inúmeros ramos industriais, inclusive aqueles comandados pela iniciativa nacional, especialmente os caracterizados por forte participação da mão-de-obra nos custos de produção (têxteis, calçados, etc.). Por outro lado empresas estrangeiras passaram a exportar de suas fábricas no Brasil para suas matrizes (Volkswagen, Ford, etc.). Outra conseqüência importante foi a concorrência que passaram a realizar aos fabricantes nacionais, como nos setores de eletro-domésticos (GM, GE, Philips, etc.), turbinas (Voith-RFA), elevadores (Ótis-EUA), etc., provocando fortes desnacionalizações em vários setores: automobilístico, farmacêutico, etc. Inúmeras empresas paulistas foram absorvidas pelas grandes corporações internacionais: Walita (Philips), DKW-Vemag (Volkswagen), Sofunge (Mercedes-Benz), Gessy (Unilever) e outras correm o risco: Duratex (20% da Light) Metalúrgica Dedini (20% da Kawasaki e C. Itoh), etc. Parte deste fenômeno se deve à má administração ligada ao processo de aristocratização e acomodação de parcelas da burguesia industrial nacional (Simonsen, Morganti, etc.), mas parte se deve à força do capital estrangeiro, à recessão econômica de 1965-66

ligada à política de combate à inflação e ainda à política de concentração econômica estimulada a partir de 1964.

A indústria estrangeira provocou ainda outra mudança importante: o ingresso do Brasil no modo de vida americano. A sociedade latifundiária brasileira tem uma forte tendência consumidora, que foi reforçada consideravelmente pela introdução da indústria automobilística, de eletro-domésticos, do turismo, etc. Após 1964 esta tendência foi acelerada pela política de concentração de rendas, pela difusão do crédito ao consumidor, etc. Note-se que a sociedade de consumo abrange 20% da população brasileira e ela nasce paralelamente à existência de 50% de pessoas remediadas ou pobres e 30% de miseráveis. Calculava-se em 1964 que 1/3 dos brasileiros andavam descalços ou se calçavam precária e raramente e entre eles 16 milhões de nordestinos (Guanabara Industrial, 7/1964, p. 7). R. SIMONSEN já observava que “o salário em grandes zonas do norte representa muito menos do que o simples valor dos juros e amortização de um escravo nos fins da monarquia” (1939, p. 268).

Alguns escritores paulistas, originários da aristocracia rural, perceberam a importância fundamental do papel desempenhado pelos imigrantes na emergência das indústrias e na modernização da agricultura paulista: A. ALCÂNTARA MACHADO, GUILHERME DE ALMEIDA e especialmente JORGE ANDRADE. A idéia segundo a qual a industrialização brasileira nasceu do café faz parte da ideologia da aristocracia rural paulista e serve até hoje aos latifundiários brasileiros. Os mercados europeu e norte-americano criaram os estímulos necessários à produção de café e a Europa forneceu milhões de imigrantes que se inseriram de várias maneiras nesta economia e foram o núcleo principal da industrialização paulista e brasileira. Enquadrados num país latifundiário e escravista, acabaram realizando um capitalismo incompleto, ao mesmo tempo que o mercado nacional assim criado atraiu os grandes capitais internacionais, que os expulsara da Europa cem anos atrás.

Origens étnicas e sociais do empresariado paulista
(conforme L. C. BRESSER PEREIRA)

			estrang.	brasil.
alta superior (rural)	8	(3,9)	(—)	(100,0)
alta inferior	44	(21,6)	(90,9)	(9,1)
média superior	16	(7,8)	(56,3)	(43,7)
média-média	44	(21,6)	(81,8)	(18,7)
média inferior	58	(28,4)	(94,8)	(5,2)
baixa	34	(16,7)	(94,1)	(5,9)
	204	(100,0)	(84,3)	(15,7)

(Obs: E. WILLEMS organizou tabela semelhante).

- J.R. ARAUJO F^o (1958): *A população paulistana, in A cidade de S. Paulo*, vol. 2, Cia. Ed. Nac.
- A.F. BANDEIRA JR. (1901): *A indústria de São Paulo em 1901*, Typ. D. Oficial.
- P.A. BARAN (1960): *A economia política do desenvolvimento econômico*, ed. Zahar.
- L.C. BRESSER PEREIRA (1964): *Origens étnicas e sociais do empresariado paulista*, Rev. Adm. Empr., junho.
- I.P. CANABRAVA (1951): *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo, (1861-1875)*, Fac. C. Ec. USP.
- F.H. CARDOSO (1960): *Condições sociais da industrialização de São Paulo*, Rev. Brasiliense nº 28.
- F. DAVIDOVICH (1966): *Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962*, Rev. Bras. Geogr. nº 4.
- W. DEAN (1971): *A industrialização de São Paulo*, Difel.
- P. DEMANGEON (1921): *O desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo*, transcrito Bol. Geogr. nº 42.
- P. DENIS (1908): *L'État de São Paul*, Ann. Geogr.
- P. DENIS (1927): *Amérique du sud*, 1e. partie, Lib. A. Colin.
- H. FERREIRA LIMA (1954-1973): *História político-econômica e industrial do Brasil*, Cia. Ed. Nac.
- C. FURTADO (1959): *Formação econômica do Brasil*, Ed. Fundo Cult.
- P. GEORGE (1969): *Aire metropolitaine, conurbation ou region industrielle? Le cas de São Paulo*, IG da USP.
- B. GIOVANETTI (1943): *Esboço histórico da alta sorocabana*, Rev. Trib..
- L. GOLDENSTEIN (1970): *Industrialização de um centro-satélite: Cubatão*, USP
- GUANABARA INDUSTRIAL (1964): *Cia. de calçados DNB*, julho.
- G. HASSE (1974): *Cia. Antártica Paulista*, Exame nº 80.
- A. ST. HILAIRE (1945): *Viagem a província de São Paulo, etc*, Ed. Martins
- D. LINO DE MATTOS (1958): *O parque industrial paulistano, in A cidade de São Paulo*, vol. 3, Cia. Ed. Nac.
- R. LOBATO CORREA (1968): *Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras*, Rev. Bras. Geogr. nº 2.
- C. IANNI (1963): *Homens sem paz*, Difel.
- O. IANNI (1960): *Fatores humanos da industrialização no Brasil*, Rev. Brasiliense nº 30.
- A. MAMIGONIAN (1969): *Notas sobre o processo da industrialização brasileira*, Bol. Dep. Geogr. FFCL de P. Prudente.
- L. MARTINS (1966): *Formação do empresariado industrial no Brasil*, Rev. Inst. C. Sociais UFRJ.
- P. MONBEIG (1953): *La croissance de la ville de São Paulo*, Rev. Geogr. Alpine.
- R. M. MORSE (1970): *Formação histórica de São Paulo*, Difel.

- N.L. MULLER (1966): *Bairros rurais do município de Piracicaba*, Bol. Paul. Geogr. nº 43.
- N.L. MULLER (1969): *Industrialização do vale do Paraíba*, IG da USP.
- G. PAIM (1957): *Industrialização e economia natural*, ISEB.
- P. PETRONE (1953): *As indústrias paulistas e os fatores de sua expansão*, Bol. Paul. Geogr. nº 14.
- C. PRADO JR. (1945): *História econômica do Brasil*, ed. Brasiliense.
- S.S. SIMPAIO (1972): *A industrialização de Limeira*, IG da USP.
- P. SANTI (1973): *Teoria marxista del imperialismo*, P. y P.
- H. SCHLESINGER (1959): *Enciclopédia da indústria brasileira*, ed. Brasiliense.
- R. SIMONSEN (1939-1973): *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*, Cia. Ed. Nac.
- P. SINGER (1968): *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, Cia. Ed. Nac.
- R. SOARES JR. (1958): *Jorge Tibiriçá e sua época*, vol. 2, Cia. Ed. Nac.
- J. SOUZA MARTINS (1967-73): *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*, ed. Hucitec.
- H. TROPMAIR (1966): *Contribuição ao estudo da indústria têxtil de Americana*, Bol. Paul. Geogr. nº 43.
- S. TURNOWSKI (1969): *Aspectos da indústria carioca*, Dep. Geogr. Guanabara.
- N. VILLELA LUZ (1960): *A luta pela industrialização do Brasil*, Difel.
- E. WILLEMS (1955): cap. 4 *Brazil, in The positive contribution by immigrants*, Unesco.

